

Congresso

Governo defende redução do recesso parlamentar

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — Os líderes governistas no Congresso estão defendendo a convocação de deputados e senadores em janeiro e fevereiro para a conclusão das votações das reformas constitucionais até o mês de março. O governo tem pressa, porque não quer que as discussões sejam influenciadas pelas eleições municipais do ano que vem. Em abril, serão realizadas as convenções partidárias que escolherão os candidatos a prefeito. O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), não demonstrou entusiasmo pela idéia e acha que é cedo para falar do assunto.

Se for feita a convocação extraordinária, os parlamentares terão recesso de 20 de dezembro a 10 de janeiro. Pela Constituição, o recesso é de 15 de dezembro a 15

de fevereiro. A idéia tem o apoio do líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). "É preciso fazer a convocação para que o Senado tenha tempo de votar todas as propostas", argumentou. A medida tem a simpatia do presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e dos líderes do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), do PSDB, José Aníbal (SP), e do PMDB, Michel Temer (SP).

A convocação pode ser feita pelo presidente da República, do Senado ou da Câmara. Um líder do governo disse que Cardoso prefere que a iniciativa seja do Congresso, pois implica um custo menor. Já a convocação pelo presidente exige pagamento dobrado a parlamentares e funcionários do Congresso.

Brasília — Josemar Gonçalves



Rigotto: mais tempo para o Senado